



Março 2017

Ano 28

Nº 1

Diretor José Poças Esteves

SaeR – Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 4E, 1050-139
Lisboa, Portugal
Tel. +351 213 030 830
Fax. +351 213 030 839 •
saer@saer.pt • www.saer.pt

Rela tório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E DOS NEGÓCIOS

É oficial, o Reino Unido solicitou junto de Bruxelas o início do processo que terá como consequência o abandono da UE. O processo será longo, porventura tortuoso. Mas a garantia que a Europa não voltará a ser a mesma exige a maior racionalidade. Isto quando a potência dos últimos 75 anos (os EUA) assume cada vez um regime de autoisolamento face aos tradicionais aliados. E em que um player (a China) parece querer disputar a hegemonia norte-americana nos principais cenários geopolíticos. O que esperar das próximas décadas, depois de anos de relativa paz e prosperidade?

Neste número:

- *O Neonacionalismo e o Neoisolacionismo*
- *E depois do pedido do Brexit?*
- *A Nova Rota da Seda e o seu Cinturão Económico*
- *Tendências geoestratégicas a 30 anos: Recursos e Transportes*



Páginas 4 a 5

Páginas 6 a 11

Páginas 12 a 16

Editorial

O que fica

O Neonacionalismo e o Neoisolacionismo

Ao escolher o isolacionismo, poderá Donald Trump interromper o processo de globalização e “fazer a América grande outra vez”? Não só não pode interromper a evolução tecnológica (que continuará a penalizar os trabalhadores com poucas qualificações), como não pode impedir que as empresas com maior potencial competitivo se desloquem (se deixarem de ter acesso aos mercados mundiais em consequência da política protecionista que Trump quer aprovar) e, sobretudo, não pode cortar as linhas de produção que constituem as novas redes industriais mundiais, fora das quais não se atinge a escala necessária para ter competitividade.

Análise de Conjuntura

E depois do pedido do Brexit?

A UE acaba de comemorar os 60 anos do Tratado de Roma que criou a CEE, que evoluiu e alargou até à atual UE com 28 membros. Contudo, nesta data surge o (primeiro) pedido de divórcio, o *Brexit*. O respetivo processo de negociação será difícil e, porventura, conflituoso. Parecem emergir à cabeça os custos financeiros da separação, bem como os decorrentes das eventuais modalidades de futuro relacionamento que o Reino Unido poderá nem sequer assumir (vêm sendo avançadas ordens de grandeza na ordem dos 60 mil milhões de euros), desencadeando um *hard Brexit* com custos de toda a ordem. O próprio Reino Unido corre o risco de deixar de ser Unido, com a Escócia a querer um segundo referendo independentista que Londres só está disposto a aceitar no final deste processo.

Tema de Fundo

A Nova Rota da Seda e o seu Cinturão Económico

Quando em setembro de 2005 o então presidente chinês Hu Jintao declarou na Assembleia Geral das Nações Unidas que a nova estratégia para a política externa de Pequim tinha como principal objetivo uma “Ascensão Pacífica”, o gigante asiático assumia as suas pretensões a participar de forma mais ativa no Sistema de Relações Internacionais. No sentido de a colocar em prática, o país tem procurado desenvolver quatro diretrizes: a) reforço do multilateralismo; b) cooperação internacional; c) maior inclusão e harmonia entre as civilizações; d) desenvolvimento de uma reforma racional da ONU.

Geopolítica e Prospetiva

Tendências geoestratégicas a 30 anos: Recursos e Transportes

A preocupação quanto à proteção de materiais raros poderá continuar a motivar os países ao desenvolvimento ou à segurança das suas próprias fontes de fornecimento. Contudo, alterações políticas imprevisíveis ou retroativas de proteção dos recursos poderão provocar um considerável arrefecimento, quer nos investidores, quer nos consumidores. Sublinhe-se que a desigual distribuição de recursos, incluindo alimentares, água, energia e materiais críticos, far-se-á sentir cada vez mais.

A desigual disponibilidade de água e de alimentos, especialmente em países que sofram de escassez também provoca instabilidade e violência. Podemos sublinhar que a concorrência por alguns recursos poderá intensificar e exacerbar as tensões políticas e de segurança.

Editorial

Aos ganhos de influência na Ásia Central (numa disputa com a Rússia e Índia), Pequim quer chegar ao centro e sul da Europa através do hub portuário do Pireu (propriedade do consórcio chinês COSCO). É a geopolítica e a leitura dos mapas a sobrepor-se à incapacidade de criar uma estratégia a prazo. É a China a dar cartas. Veremos o resultado dos seus planos



O NOVO SÉCULO tem assistido a uma mudança de paradigma, com génese já no final do século passado, mas que apenas com a maturação da globalização se tornou evidente. Assim, o Sudeste Asiático e, em especial, a China emergem como as novas potências económicas. No caso chinês, o objetivo parece ser ainda mais abrangente, com a criação de condições para o desenvolvimento de uma estratégia de *soft power*.

Em setembro de 2005 o então presidente chinês (Hu Jintao) anunciou a mudança estratégica do seu país. A denominada “Ascensão Pacífica” tinha como principal enfoque uma participação ativa do gigante asiático no Sistema de Relações Internacionais.

Ao elevado crescimento económico, Pequim juntava agora uma maior vontade em assumir papel de relevo à escala global. Naturalmente, a capacidade financeira do seu setor empresarial, cuja influência por parte da elite dirigente política chinesa é por demais evidente, foi crucial na estratégia. A economia portuguesa tem bem a noção disso, fruto dos vastos investimentos de Pequim no nosso país ao longo desta década. Mas o planeamento vai muito para lá da simples compra de ativos em países ocidentais.

Um dos principais projetos de *soft power*, pensado a médio longo prazo, é a Nova Rota da Seda. Anunciada em 2013, pretende ligar a China à Europa, através de um percurso histórico que há dois milénios serviu para aproximar os povos. A este percurso terrestre junta-se também uma rota marítima, que abrangerá África e tenderá a criar um cinturão económico.

Aos ganhos de influência na Ásia Central (numa disputa com a Rússia e Índia), Pequim quer chegar ao centro e sul da Europa através do *hub* portuário do Pireu (propriedade do consórcio chinês COSCO). É a geopolítica e a leitura dos mapas a sobrepor-se à incapacidade de criar uma estratégia a prazo. É a China a dar cartas. Veremos o resultado dos seus planos.

Neste primeiro número de 2017 continuamos a tentar compreender como pretende o Ocidente reagir ao cenário de disrupção que se lhe apresenta. O Reino Unido, por intermédio da primeiro-ministro Theresa May, iniciou junto da União Europeia o processo que terá como consequência o abandono britânico da União Europeia. Que consequências trará para a Europa este primeiro “divórcio”, quando se comemora o 60º aniversário da criação da então CEE? Com

matéria tão sensível, e que merece ser gerida com pinças, as primeiras reações parecem não ser as mais auspiciosas.

Também no Reino Unido há muito por definir. A começar pelo quadro político. A Escócia quer efetuar novo referendo subordinado a um eventual pedido de independência. Os seus representantes lembram que muitos escoceses votaram pela manutenção no Reino Unido perante as garantias de manutenção na União Europeia. Perante o cenário que se avizinha, querem nova consulta popular. E se a Escócia votar pela saída? Será assim tão despidendo considerar uma candidatura escocesa a Estado-membro da União?

Do outro lado do Atlântico, Donald Trump encontra-se num limbo, do qual terá grandes dificuldades em sair, perante as promessas que fez ao seu eleitorado, ao longo da campanha para a presidência dos EUA, mas que dificilmente cumprirá. Como escrevemos adiante, ao assumir uma descontinuidade na linha estratégica norte-americana, Trump apenas conseguirá impossibilitar “a satisfação dos interesses dos seus eleitores (...). A contradição que existe no interior da sua base eleitoral (entre pobres e ricos, entre idosos e jovens, entre zonas urbanas e zonas rurais) será amplificada com as consequências das frustrações das expectativas”.

A evolução tecnológica, a deslocalização empresarial fruto de regras do jogo inerentes à liberdade económica e a globalização, são premissas que ninguém pode descurar numa política de crescimento e desenvolvimento. Donald Trump parece fazê-lo. Ao contrário da China



O presidente dos EUA foca a sua política numa nova América, mas parece esquecer-se que o mundo mudou nas últimas décadas e é impossível tentar criar uma política de crescimento focada em diretrizes datadas. A evolução tecnológica, a deslocalização empresarial fruto de regras do jogo inerentes à liberdade económica e a globalização, são premissas que ninguém pode descurar numa política de crescimento e desenvolvimento. Donald Trump parece fazê-lo. Ao contrário da China.

Por fim, o Relatório SaeR lança o segundo de três capítulos subordinados às tendências geoestratégicas a 30 anos. No texto da edição de março o enfoque é a dinâmica que se perspetiva nos recursos e transportes. As conclusões são curiosas. E para quem não pretende apostar as suas fichas na contínua importância dos transportes marítimos e dos hidrocarbonetos enquanto recurso energético de referência, o melhor é rever a sua opinião.

A todos, boas leituras!

«O presidente dos EUA foca a sua política numa nova América, mas parece esquecer-se que o mundo mudou nas últimas décadas e é impossível tentar criar uma política de crescimento focada em diretrizes datadas»

O Neonacionalismo e o Neoisolacionismo

OS PRIMEIROS TRÊS MESES DE 2017 aparecem como o prólogo em que se apresentam as consequências dos acontecimentos que, durante o ano anterior, evidenciaram a extensão e a intensidade da crise multifacetada do sistema de ordem mundial que tinha sido estruturado na segunda metade do século XX.

A crise que persiste desde 2008, evoluiu para uma forma multifacetada, porque tem manifestações diferentes em vários pontos do sistema de ordem mundial. Mas estas circunstâncias locais são estimuladas ou agravadas por um mesmo processo geral, que tem a sua origem na rejeição por parte dos poderes centrais que estabeleceram a ordem mundial de continuarem a operar respeitando e defendendo a configuração de ordem de que foram autores e de que dependeu a formação da sua posição de superioridade e até de hegemonia.

É este processo geral que alterou o modo como cada uma das crises locais se desenvolve, na medida em que ao desaparecer o referencial de ordem mundial cada um dos conflitos locais aumenta a sua intensidade porque não há um padrão superior que sirva de enquadramento e de regulador destes conflitos locais. Deixa de haver uma racionalidade superior que reduza a conflitualidade e, pelo contrário, os antagonismos intensificam-se.

A função mais importante de um sistema de ordem mundial só se compreende quando esse padrão deixa de existir ou já está em processo de extinção. O que antes eram fatores que justificavam a crítica ou que mobilizavam para a resistência ao que era imposto pelo poder hegemónico nesse sistema de ordem deixam de ser necessários e deixam de ter sentido quando tudo passa a ser permitido porque deixou de existir o padrão de referência.

Desaparecem os motivos de crítica e as ocasiões de resistência, mas não foram atingidos os objetivos das críticas e as razões da resistência porque o que se passou a ter é uma mistura de políticas inconsequentes e de resultados insustentáveis. Escapou-se às reformas necessárias dentro do padrão de ordem anterior, mas não se passou a ter um horizonte estável porque não há um sistema de ordem mundial que sirva de referenciador.

O processo que está a conduzir à extinção da estrutura de ordem mundial remonta à crise financeira de 2008, porque esta não foi

A função mais importante de um sistema de ordem mundial só se compreende quando esse padrão deixa de existir ou já está em processo de extinção. O que antes eram fatores que justificavam a crítica ou que mobilizavam para a resistência ao que era imposto pelo poder hegemónico nesse sistema de ordem deixam de ser necessários e deixam de ter sentido quando tudo passa a ser permitido porque deixou de existir o padrão de referência



absorvida e resolvida – para além de não ter sido interpretada de modo a identificar os fatores que a geraram, que continuam em atividade e, portanto, a gerar os mesmos tipos de desequilíbrios que impedem o crescimento económico e distorcem o funcionamento dos dispositivos democráticos.

Este processo entrou na sua fase crítica quando essas pressões e tensões se manifestam em acontecimentos como o referendo que legitima a decisão de saída do Reino Unido da União Europeia e encontrou a sua confirmação decisiva com a eleição de Donald Trump para a presidência nos EUA. Mais do que os acontecimentos, importa a convergência das motivações e a semelhança dos perfis eleitorais que aparecem nestes dois acontecimentos.

Nos dois casos (Reino Unido e EUA), abandona-se o sistema de equilíbrios estabelecido sem apresentar uma alternativa que possa atingir objetivos equivalentes (o Reino Unido propõe-se seguir um destino autónomo, com um estatuto idêntico ao que tem Singapura na Ásia Oriental, os EUA desejam ser “grandes outra vez” pela via de um isolacionismo que abandona todos os aliados que confiaram na superpotência hegemónica e aceitam mesmo reverter as alianças com a nova expressão de uma inesperada russofilia)

Nos dois casos, há uma intenção de retorno aos espaços nacionais fechados e protegidos, a rejeição da abertura das economias e dos processos migratórios, mas também a nostalgia por um passado que se recorda sem ter em consideração que as condições em que esse passado existiu já não se encontram no presente, o que não permite satisfazer as expectativas dos eleitorados. Nos dois casos, a ausência de uma visão estratégica para o futuro destrói recursos no presente e ameaça o funcionamento dos dispositivos democráticos. Nos dois casos, abandona-se o sistema de equilíbrios estabelecido sem apresentar uma alternativa que possa atingir objetivos equivalentes (o Reino Unido propõe-se seguir um destino autónomo, com um estatuto idêntico ao que tem Singapura na Ásia Oriental, os EUA desejam ser “grandes outra vez” pela via de um isolacionismo que abandona todos os aliados que confiaram na superpotência hegemónica e aceitam mesmo reverter as alianças com a nova expressão de uma inesperada russofilia).



Num sistema de relações não há decisões unilaterais, porque as interdependências amplificam as consequências e obrigam a recorrer a expedientes de proteção, mesmo que não haja o tempo de reflexão para que esses novos dispositivos tenham mais benefícios do que custos. O resultado, no curto prazo, é o aumento da incerteza e da volatilidade, porque os movimentos de todos os agentes perdem previsibilidade quando desaparecem as distinções entre vantagens e inconvenientes ou entre amigo e inimigo. No longo prazo não é possível manter estas dinâmicas caóticas sem uma generalização das conflitualidades, amplificando os episódios locais de violência em confrontos regionais que depressa atingirão a dimensão global. Este é o paradoxo que caracteriza o neonacionalismo: o seu sucesso local gera uma escalada para a globalização, já não das economias e dos movimentos de capitais ou das migrações, mas dos conflitos armados.

Se este primeiro trimestre aparece como um prólogo, saber se vai ser continuado por um drama ou por uma tragédia depende do modo como vai ser enfrentada a questão da exaustão do sistema de ordem mundial que foi o referencial de orientação desde 1945. Será apenas um drama se a crise da ordem mundial for resolvida com a substituição do centro hegemónico, que durante todo este longo período foi coordenado pelos EUA e sustentado pelas alianças na Europa e na Ásia Oriental e apoiado pelas áreas de influência que o poder americano estabeleceu. Todavia, não há nenhum poder alternativo ao americano que possa apropriar essa função em tempo útil, pelo que a possibilidade de se evoluir para uma trajetória trágica depende do modo como os Estados Unidos concretizarem a sua recente escolha no sentido do neoisolacionismo.

Estados Unidos da América: a imprevisibilidade do centro hegemónico

Não terá sido por erro dos analistas ou dos intérpretes das sondagens que não foi prevista a vitória de Donald Trump contra Hillary Clinton. Não se tratava de uma questão das diferentes experiências políticas dos dois candidatos ou do grau de simpatia de cada um dos candidatos. Nem sempre a experiência política é um fator positivo para o eleitorado e é natural que o critério da simpatia para um grupo eleitoral, com as suas características regionais e sociais, tenha um resultado muito diferente quando se pertence a outro grupo eleitoral. A previsão da derrota de Trump tinha o seu fundamento no grau de risco que as suas propostas teriam para o que era o papel central dos EUA na escala mundial.

Os custos destas propostas não se limitam à desvalorização dos investimentos que ao longo de décadas os interesses americanos fizeram em todo o mundo, implicam também um custo de reputação que é específico para quem ocupa a posição de centro hegemónico, responsável pela estabilidade da ordem mundial. O estatuto de centro hegemónico tem vantagens quantificáveis, seja na função do dólar como moeda de referência na escala mundial, seja na capacidade para organizar estruturas de cooperação económicas e militares em todas as regiões. Mas também tem custos: se romper a relação de autoridade e de confiança, o que será preciso investir para cobrir esses custos poderá não estar ao alcance mesmo de um poder que seja hegemónico, justamente porque fica destruída aquela que é a base da hegemonia, a relação de confiança dos protegidos em relação ao protetor.

Ao escolher abandonar o lugar e a função de centro hegemónico, Donald Trump introduz uma descontinuidade na linha estratégica

*Será apenas um drama se a crise da ordem mundial for resolvida com a substituição do centro hegemónico (...).
Todavia, não há nenhum poder alternativo ao americano que possa apropriar essa função em tempo útil, pelo que a possibilidade de se evoluir para uma trajetória trágica depende do modo como os Estados Unidos concretizarem a sua recente escolha no sentido do neoisolacionismo*



O que o eleitorado americano vai descobrir é que a diferença que pretendia introduzir na política americana é uma impossibilidade. E quando quiser responsabilizar Donald Trump pela frustração das suas ilusões, vai ter de reconhecer que só por ser incompetente ele propôs o programa com que alimentou essas ilusões e ganhou as eleições



dos Estados Unidos e induz uma onda de instabilidade nas relações mundiais – primeiro económicas, mas rapidamente com repercussão nas questões políticas e de segurança –, que impossibilita a satisfação dos interesses dos seus eleitores, tanto dos pouco qualificados que se sentem ameaçados pelos efeitos da globalização, como dos que estão nos escalões superiores de rendimentos e que precisam da globalização para o crescimento económico e para a valorização dos seus ativos (muitos dos quais são aplicações na economia mundial). A contradição que existe no interior da sua base eleitoral (entre pobres e ricos, entre idosos e jovens, entre zonas urbanas e zonas rurais) será amplificada com as consequências das frustrações das expectativas, pois nenhum irá receber o que esperou quando votou em Trump como protesto com elites que há muito dominam a política americana.

Ao escolher o isolacionismo, poderá Donald Trump interromper o processo de globalização e “fazer a América grande outra vez”? Não só não pode interromper a evolução tecnológica (que continuará a penalizar os trabalhadores com poucas qualificações), como não pode impedir que as empresas com maior potencial competitivo se desloquem (se deixarem de ter acesso aos mercados mundiais em consequência da política protecionista que Trump quer aprovar) e, sobretudo, não pode cortar as linhas de produção que constituem as novas redes industriais mundiais, fora das quais não se atinge a escala necessária para ter competitividade. O que o eleitorado americano vai descobrir é que a diferença que pretendia introduzir na política americana é uma impossibilidade. E quando quiser responsabilizar Donald Trump pela frustração das suas ilusões, vai ter de reconhecer que só por ser incompetente ele propôs o programa com que alimentou essas ilusões e ganhou as eleições.

Europa: qual é a alternativa à União Europeia?

O neonacionalismo isolacionista que conduziu à vitória nas presidenciais norte-americanas tem a sua correspondência no neonacionalismo separatista que está a provocar a fragmentação da UE, em nome do projeto de “recuperar o controlo”, como se o direito a exercer um poder autónomo num espaço de pequena escala pudesse obter melhores resultados – na economia, na política, na segurança social e na defesa – do que a coordenação de poderes dentro de instituições comunitárias, onde as vantagens de escala são o que permite preservar as diferenças e a autonomia de cada uma das partes participantes.

Não é por acidente ou por distração que os adversários dos poderes europeus e que estão interessados no fracasso da União Europeia – e, em primeira linha, o poder instalado na Rússia que se considerava

Do mesmo modo que a América não será “grande outra vez” pela via do isolacionismo e do neonacionalismo, também os Estados europeus independentes e soberanos que “recuperam o controlo” não voltarão a ser centros de impérios a dominar outras regiões do mundo. A alternativa à União Europeia só pode ser a União Europeia



ameaçado pelo cerco que a expansão da União Europeia e da NATO estava a consumir em torno do que tinha sido a União Soviética – se apressaram a felicitar a vitória do *Brexit* e de Donald Trump, como não é por acaso de calendário a visita da primeira-ministra britânica ao novo presidente americano, do mesmo modo que não é por provocação gratuita que a candidata da extrema-direita nas eleições presidenciais francesas anuncia que com a sua vitória estará assegurado o fim do euro e da UE. O que é procurado em todos estes casos é estimular o processo de inversão de alianças, que é o modo mais direto de vencer sem precisar de combater. Num curto intervalo de tempo, Vladimir Putin consegue transformar o cerco de que se queixava numa plataforma de ataque em vários espaços simultaneamente, sem poder ser objeto de retaliação porque tudo acontece em resultado da desagregação da UE e paralisação dos EUA quando ficam presos no seu neoisolacionismo.

O paradoxo europeu tem uma descrição simples: os que criticam a União Europeia oferecem e produzem como alternativa a fragmentação da Europa em Estados nacionais sem escala, recursos, matérias-primas, população e com endividamento, público e privado, que já é excessivo. Ou seja, não só as razões que levaram à formação da União Europeia continuam válidas e necessárias, como os que criticam os resultados até agora obtidos oferecem como alternativa a reconstituição das razões que tornam necessária a União Europeia. Do mesmo modo que a América não será “grande outra vez” pela via do isolacionismo e do neonacionalismo, também os Estados europeus independentes e soberanos que “recuperam o controlo” não voltarão a ser centros de impérios a dominar outras regiões do mundo. A alternativa à União Europeia só pode ser a União Europeia – um novo exemplo de dialética negativa, onde a negação da UE conduz à afirmação necessária da UE e não permite a afirmação de uma efetiva alternativa.

Portugal: a estagnação persistente

Os primeiros meses de 2017 foram dominados em Portugal pela reavaliação de erros de gestão no sistema bancário que deixaram registos de imparidades nos balanços (com implicações em processos de investigação criminal), pela negociação com as autoridades da UE dos programas de resolução para essas imparidades bancárias (com implicações na transferência de propriedade dessas entidades bancárias para investidores externos) e pela expectativa da confirmação do valor do défice orçamental, que veio a fixar-se em 2,1% do PIB. Este valor do défice foi apresentado como uma importante vitória, na medida em que foi inferior ao que tinha sido estabelecido pela Comissão Europeia.

Um exame mais cuidado deste valor do défice revela, no entanto, que ele só foi obtido através de significativas reduções na despesa pública, de funcionamento e investimento, implicando que não fosse possível cumprir o que estava estabelecido e aprovado no Orçamento do Estado. Aparece, assim, o paradoxo de uma fórmula de governo que se apresenta como rejeitando as políticas de austeridade da UE, acabar por obter um valor de défice orçamental inferior ao que estava negociado com as entidades comunitárias – mas contraindo de tal modo a despesa pública que fica posta em causa a possibilidade de sustentação destes resultados sem que haja uma redução da qualidade e da cobertura dos serviços públicos.

Este paradoxo torna-se ainda mais complexo quando esta mesma fórmula de governo é apoiada por dois partidos que expressamente propõem a saída do euro e a desagregação da União, quando o estado do sistema bancário e o valor da dívida acumulada tornam Portugal inteiramente dependente das políticas de compra de ativos por parte do Banco Central Europeu, sem as quais a crise de liquidez tornaria inevitável um novo resgate – com políticas de austeridade mais agressivas do que aquelas que insistentemente criticaram.

O paradoxo pode explicar-se com o argumento simples de que quando mudam as posições também mudam os modelos de análise e de avaliação. Contudo, este paradoxo também recomenda que se considere as suas consequências: a incapacidade para organizar as condições de um modelo de crescimento da economia e a estagnação persistente que daí decorre tem na sua origem este paradoxo da dialética negativa, em que se apresenta como alternativa o que é o mesmo que já se fazia – mas que era criticado só porque era com outros, como agora se confirma. Enquanto não for ultrapassado este paradoxo, não será fácil encontrar um modelo de crescimento para a economia portuguesa.

«Este valor do défice foi apresentado como uma importante vitória, na medida em que foi inferior ao que tinha sido estabelecido pela Comissão Europeia. Um exame mais cuidado deste valor do défice revela, no entanto, que ele só foi obtido através de significativas reduções na despesa pública, de funcionamento e investimento, implicando que não fosse possível cumprir o que estava estabelecido e aprovado no Orçamento do Estado»

E depois do pedido do Brexit?

PERSPETIVA INTERNACIONAL

No início da primavera as perspectivas da evolução económica internacional mantêm-se inalteradas face ao configurado no início do ano. Segundo a OCDE, a taxa de crescimento deverá ser de 3,3% em 2017 e cerca de 3,5% em 2018. Embora estes números apontem para uma recuperação moderada, o The Economist considera que se está a registar uma recuperação sincronizada, envolvendo economias industrializadas e economias emergentes. No entanto, admite-se que a evolução da economia chinesa esteja controlada, com uma ligeira desaceleração, devendo a respetiva taxa de crescimento situar-se nos 6,5% em 2017 e 6,25% em 2018.

Neste panorama, há sinais de que os preços do petróleo não têm condições para serem sustentadamente superiores à ordem de grandeza dos 50 dólares. Por um lado, a Rússia e alguns produtores não estarão a cumprir totalmente as quotas previstas no acordo alcançado de corte da produção no seio da OPEP – e acompanhado por alguns países não pertencentes ao cartel –, em dezembro de 2016. Por outro lado, a produção não convencional norte-americana responde de imediato a quaisquer aumentos de preços. E ainda, a Arábia Saudita parece não estar disposta a assumir de novo o papel principal de produtor-almofada, cortando nos seus níveis de produção. Este quadro prenuncia, inclusivamente, o risco de os preços poderem baixar mais ou menos de forma sustentada abaixo desse nível dos cinquenta dólares.

No entanto, toda a economia internacional continua dependente de vários fatores de outra ordem, nomeadamente das incertezas decorrentes da Administração Trump e das suas políticas, nos mais variados domínios. A economia tem-se comportado bem, nomeadamente no domínio do emprego, com a taxa de desemprego a cair para os 4,7% em fevereiro (foram criados quase 500 mil postos de trabalho nos dois primeiros meses) e com o índice de referência dos preços de consumidor a aumentar a um ritmo de 1,9% no período de 12 meses terminado em janeiro. Estes fatores terão justificado que o FED, como anteriormente prometido, tenha aumentado a 15 de março a taxa de juro de referência em 0,25%. Esperam-se, em princípio, mais dois aumentos este ano, caso os dados da evolução assim o ditem. A taxa de crescimento económica deverá atingir os 2,4 % em 2017 (contra os 1,6 % em 2016) e 2,8% em 2018, pressupondo uma política fiscal expansionista.

Neste panorama, há sinais de que os preços do petróleo não têm condições para serem sustentadamente superiores à ordem de grandeza dos 50 dólares (...) Este quadro prenuncia, inclusivamente, o risco de os preços poderem baixar mais ou menos de forma sustentada abaixo desse nível dos cinquenta dólares



O contexto de subidas das taxas de juro nos EUA tenderá a fazer aumentar as pressões para o BCE abandonar ou mitigar a sua política de QE no final do ano, bem como começar a subir as taxas de juro do euro



Todavia, é no domínio das políticas que inúmeras incertezas surgem. É conhecida a atitude nacionalista (America First), protecionista e isolacionista do presidente Trump bem como as suas promessas, nomeadamente, de cortes nos impostos, protecionismo fiscal e aduaneiro à produção norte-americana e aumento substancial de despesas militares, sacrificando outras despesas públicas (e, futuramente, um plano de infraestruturas). No entanto, o insucesso na revogação e substituição do Obamacare suscitou imensas dúvidas quanto à sua capacidade política de conseguir fazer passar no Congresso a legislação necessária ao cumprimento das referidas promessas, dado que, além da oposição natural dos Democratas, é difícil contentar as diferentes sensibilidades republicanas. Por outro lado, a investigação do FBI sobre um potencial conluio da campanha Trump com a Rússia quando das eleições deverá permanecer como uma nuvem, por muito tempo, sobre a sua credibilidade política, agravada ainda pelos tweets e acusações intempestivas e sem justificações adequadas. Estas incertezas atingem não só a economia norte-americana mas toda a economia internacional, que teme um retrocesso nas regras de jogo do comércio internacional.

Contudo, tem avançado no domínio da desregulamentação, enquadrado pela visão política do seu estratega mentor, Steve Bannon, de “desconstrução do estado administrativo”, o que, a curto prazo, se traduzirá em menores custos para a economia e, portanto, um estímulo a essa mesma atividade.

Na Europa as incertezas persistem, quer as de ordem interna, quer as de ordem externa. No entanto, do ponto de vista económico os indicadores disponíveis apontam para perspectivas ligeiramente melhores. O PIB da zona euro deverá atingir os 1,8% em 2017 (contra 1,7% em 2016) e 1,7 % em 2018, segundo as projeções de março do BCE. Por outro lado, a inflação homóloga medida pelo IHPC deverá situar-se em 1,7% em 2017, 1,6% em 2018 e 1,7% em 2019. Ainda, a taxa de desemprego na zona euro situou-se nos 9,6% em janeiro, a mais baixa desde maio de 2009. A melhoria da evolução económica e o nível de inflação estar a aproximar-se do referencial de 2%. O contexto de subidas das taxas de juro nos EUA tenderá a fazer aumentar as pressões para o BCE abandonar ou mitigar a sua política de QE no final do ano, bem como começar a subir as taxas de juro do euro. Contudo, deverão ser as incertezas de ordem política que influenciarão esta decisão.

A UE acaba de comemorar os 60 anos do Tratado de Roma que criou a CEE, que evoluiu e alargou até à atual UE com 28 membros. Contudo, nesta data surge o (primeiro) pedido de divórcio, o *Brexit*.

A União precisa do Reino Unido neste domínio de Defesa e Segurança (incluindo a luta antiterrorista), o qual dispõe de importante ativos – forças armadas e nucleares, intelligence e assento permanente no Conselho de Segurança



O respetivo processo de negociação será difícil e, porventura, conflituoso. Parecem emergir à cabeça os custos financeiros da separação, bem como os decorrentes das eventuais modalidades de futuro relacionamento que o Reino Unido poderá nem sequer assumir (vêm sendo avançadas ordens de grandeza na ordem dos 60 mil milhões de euros), desencadeando um *hard Brexit* com custos de toda a ordem. O próprio Reino Unido corre o risco de deixar de ser Unido, com a Escócia a querer um segundo referendo independentista que Londres só está disposto a aceitar no final deste processo. Há ainda a destacar os aspetos de Defesa e Segurança. O presidente Trump acabou por admitir que apoia a NATO, mas, em contrapartida, os aliados devem aumentar os gastos de Defesa a fim de honrarem as respetivas obrigações financeiras. Mas as incertezas iniciais quanto à NATO e a própria falta de credibilidade do presidente, da sua capacidade de negociação e das políticas que poderá prosseguir, deverão estar na mesa das negociações do *Brexit*. A União precisa do Reino Unido neste domínio de Defesa e Segurança (incluindo a luta antiterrorista), o qual dispõe de importante ativos – forças armadas e nucleares, *intelligence* e assento permanente no Conselho de Segurança. Subjacente a estes cenários está que o objetivo inicial de uma “Europa cada vez mais unida” foi afastado. Dado o calendário eleitoral europeu – e admitindo que a Marine Le Pen não vence as presidenciais francesas de abril e maio) – deverão ser os resultados eleitorais em setembro na Alemanha (bem como a evolução política de Trump) que ditarão o evoluir da negociação *Brexit* e a discussão sobre a União. Uma configuração a diversas velocidades – cooperações reforçadas entre alguns membros e, porventura, não membros (i.e., o Reino Unido) não é de excluir. Todavia, poderão dar-se cenários de desintegração, nomeadamente caso ressurgam conflitos bélicos nos Balcãs. E caso a chanceler Merkel não consiga formar governo, as relações norte-sul no quadro da União poderão sofrer mutações, bem como, a prazo, as relações alemãs com a Rússia (dado o passado de *Ostpolitik* do partido SPD do candidato Martin Schulz).

Perspetiva portuguesa

O quadro das perspetivas para a economia (e sociedade) portuguesa revela-se complexo mas, porventura, menos carregado do que no início do ano.

Como antes se referiu, as relações transatlânticas em termos de Defesa foram abaladas com as intenções iniciais de Trump. Posteriormente, a Administração e o próprio presidente vieram tentar acalmar os parceiros europeus, reafirmando-lhes o seu forte

apoio, requerendo, no entanto, que partilhem devidamente os encargos de Defesa que a NATO acautela. Estes são sinais para Portugal (e para a Europa), de que as relações transatlânticas, em termos de Defesa e Segurança não aparentam vir ser alteradas significativamente, embora no domínio comercial as incertezas ainda não estejam esclarecidas.

Subsistem as incertezas europeias. O quadro político-institucional europeu não está estabilizado e o processo *Brexit* poderá provocar feridas de difícil tratamento, senão incuráveis. Numa hipótese de *hard Brexit* como serão tratados os europeus residentes no Reino Unido? E, vice-versa, os residentes ingleses nos territórios da União? Portugal está nos dois lados da questão. Tem uma comunidade de emigrantes portugueses significativa no Reino Unido, principalmente em Londres, e acolhe desde há dezenas de anos reformados ingleses. Conseguirá um “tratamento especial e recíproco” atendendo, nomeadamente ao relacionamento histórico (desde a conquista de Lisboa, no século XII)? O quadro das incertezas europeias contém também uma relação em deterioração com a Turquia. Caso esta relação se deteriore ainda mais, a questão dos refugiados pode reemergir com força, desestabilizando a União. Caso tal ocorra antes das eleições alemãs o resultado destas poderá vir a ser afetado. O que não é indiferente a Portugal.

O quadro das incertezas europeias contém também uma relação em deterioração com a Turquia. Caso esta relação se deteriore ainda mais, a questão dos refugiados pode reemergir com força, desestabilizando a União. Caso tal ocorra antes das eleições alemãs o resultado destas poderá vir a ser afetado. O que não é indiferente a Portugal



Do ponto de vista económico, a evolução da zona euro influenciará naturalmente a evolução da economia portuguesa. Como antes referido, a taxa de crescimento projetada para a zona é de 1,7% em 2017, que deverá ser alcançada caso os riscos políticos, externos e internos, não interfiram negativamente na evolução prevista. Este enquadramento aponta para que a economia portuguesa possa melhorar o seu crescimento nalgumas décimas (registou um crescimento de 1,4% em 2016) mas não corresponde a um enquadramento suficientemente favorável para que puxe por esta em termos significativos. Em termos das contas públicas, o défice terá ficado nos 2,1%, em relação ao PIB, em 2016, superando as expectativas. Deverá permitir que se possa sair do Procedimento de Déficit Excessivo, caso Bruxelas entenda que o mesmo fica aquém dos 3% em 2017 – se os custos de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos não majorem a meta do défice previsto, sem esses custos, de 1,6%. Este entendimento, técnico e político, ainda não se afigura claro, tanto mais que algumas medidas que permitiram a redução do défice em 2016, como cativações e cortes nas despesas de investimento, não poderão ser efetivadas em 2017 com a mesma intensidade. Por outro lado, há um acréscimo nos encargos com juros da dívida. É suposto o BCE prosseguir a sua política de QE até ao final do ano, embora com o nível de compras reduzido a 60 mil

milhões de euros a partir de abril. Ainda, a dívida soberana portuguesa poderá aproximar-se dos limites consagrados para as mesmas ainda antes de dezembro. Mesmo que o BCE flexibilize tal eventualidade, o cenário que se avizinha e que os mercados financeiros conhecem e antecipam, é de que as condições de financiamento da economia da dívida soberana portuguesa deverão ser gradualmente menos favoráveis.

Estas considerações remetem-nos para o nível da Dívida Pública. As eventuais possibilidades de renegociação ó terão viabilidade num contexto multilateral, de relações norte (credores) com o sul (devedores) no quadro da zona euro e numa eventual reapreciação das regras de funcionamento desta. Tendo em conta o calendário eleitoral europeu, só no outono, depois das eleições alemãs, de clarificado que tipo de *Brexit* se pode contar, de que tipos de evolução se podem configurar para a União (e, naturalmente, de que tipo de regulação europeia pretende Berlim –*Pax Germanica*) é que se poderá perceber o quadro possível de evoluções, política e económico-financeira, para Portugal.

Os riscos e incertezas – e as oportunidades a estes associadas – mais relevantes para a economia (e sociedade) portuguesa respeitam a eventuais cenários de descontinuidade, internacional e europeia, ou que tipo de continuidade ocorrerá. O conceito de “espaço-refúgio” parece estar assimilado, atendendo à evolução do turismo e à procura de imobiliário residencial por parte de estrangeiros. Interessará capitalizar este conceito com atração de capitais e pessoas. Ainda, em todo este quadro presente e futuro de incertezas e imprevisibilidade, importa reafirmar que o pragmatismo e lucidez (na navegação) deverão estar bem presentes nos processos de tomada de decisão que envolvam Portugal, quer em períodos de continuidade, quer em eventuais decisões críticas europeias e de relações transatlânticas, e assim tentar uma gestão das interdependências que considere mais a *realpolitik*.

«É suposto o BCE prosseguir a sua política de QE até ao final do ano, embora com o nível de compras reduzido a 60 mil milhões de euros a partir de abril (...) o cenário que se avizinha e que os mercados financeiros conhecem e antecipam, é de que as condições de financiamento da economia da dívida soberana portuguesa deverão ser gradualmente menos favoráveis»

A Nova Rota da Seda e o seu Cinturão Económico

HÁ mais de 2100 anos, ao visitar a Ásia Central, Zhang Qian, emissário chinês da dinastia Han, deu o mote para a criação da Rota da Seda, um percurso terrestre de 4 mil quilómetros que ligava a Ásia à Europa. Posteriormente, durante as dinastias Tang e Song, e fruto de vastos intercâmbios económicos e culturais, desenvolveu-se um novo projeto, a Rota da Seda Marítima.

Nunca foi um percurso pré-definido. Os negociantes que percorriam estes caminhos tinham em vista suprir as necessidades das classes abastadas, através da comercialização de especiarias, chá, artefactos metálicos, seda ou pedras preciosas. Através dos contactos entre povos foi possível trocar conhecimentos, seja no manuseamento do papel e da pólvora, pela disseminação de tradições artísticas e culturais, ou na difusão religiosa do budismo ou do cristianismo.

Quando em setembro de 2005 o então presidente chinês Hu Jintao declarou na Assembleia Geral das Nações Unidas que a nova estratégia para a política externa de Pequim tinha como principal objetivo uma “Ascensão Pacífica”, o gigante asiático assumia as suas pretensões a participar de forma mais ativa nos sistema das relações internacionais



Com a expansão marítima de Portugal e outras potências europeias, este intercâmbio entrou em declínio. A República de Veneza, que muito ganhou com a Rota da Seda, perdeu o seu ascendente. A chegada de Vasco da Gama à Índia em 1498 foi crucial para a redefinição dos poderes na região. Os portugueses passaram a dominar o mar Arábico e o oceano Índico, edificaram fortalezas e feitorias, criaram em Goa e em Macau pontos estratégicos para a comercialização com o Japão e a costa chinesa.

Apesar de toda a sua história milenar, só em 1877 surgiu uma designação para o percurso que ligava a Ásia Central à Europa – a Rota da Seda. A autoria é de Ferdinand von Richthofen, tio do célebre “Barão Vermelho”, mítico piloto da força aérea alemã da 1ª Guerra Mundial. Von Richthofen adotou a denominação *Seidenstrasse* no primeiro de cinco volumes que escreveu subordinados ao conhecimento geográfico da região.

Uma nova China nas Relações Internacionais

Quando em setembro de 2005 o então presidente chinês Hu Jintao declarou na Assembleia Geral das Nações Unidas que a nova estratégia para a política externa de Pequim tinha como principal objetivo uma “Ascensão Pacífica”¹, o gigante asiático assumia as suas pretensões a participar de forma mais ativa no Sistema de Relações Internacionais. No sentido de a colocar em prática, o país tem procurado desenvolver quatro diretrizes: a) reforço do multilateralismo; b) cooperação internacional; c) maior inclusão e

¹ Ver “Da Rota da Seda à Nova Estrutura Financeira Global”, Victor Carneiro Corrêa Vieira, 2015

harmonia entre as civilizações; d) desenvolvimento de uma reforma racional da ONU.

Como consequência desta estratégia, a China tem procurado desenvolver um conjunto de reformas junto de organismos já instituídos, para além de criar novas entidades e projetos. É no âmbito deste pensamento a prazo do governo de Pequim que surge a iniciativa destinada a reativar a histórica Rota da Seda.

Neste contexto, no decorrer de uma visita oficial ao Cazaquistão, em setembro de 2013, que o presidente Xi Jinping anunciou o denominado “Cinturão Económico da Rota da Seda”. Dois anos mais tarde, durante a cimeira da ASEAN na Indonésia, foi apresentado um novo percurso para este projeto, agora marítimo.

Os números para este projeto, que se pode descrever de uma forma simplista como “Uma Faixa e Uma Rota”, apontam para um envolvimento de mais de 60% da população mundial. Este atravessará a plataforma continental euroasiática, bem como África, e fará a ligação entre o que se pode entender como o círculo mais dinâmico e de maior potencial da Ásia Oriental e o círculo mais desenvolvido da Europa

Os números para este projeto, que se pode descrever de uma forma simplista como “Uma Faixa e Uma Rota”, apontam para um envolvimento de mais de 60% da população mundial. Este atravessará a plataforma continental euroasiática, bem como África, e fará a ligação entre o que se pode entender como o círculo mais dinâmico e de maior potencial da Ásia Oriental e o círculo mais desenvolvido da Europa.

De forma sucinta, por via terrestre a rota partirá de Xi’na, na China, tal como a Rota da Seda original, percorrerá um corredor de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias entre Urumki (capital da província chinesa de Xinjiang – que faz fronteira com o Paquistão, o Afeganistão e toda a Ásia Central), Almaty (Cazaquistão), Bichkek (Quirguistão), Samarkand (Uzbequistão), Dushanbe (Tajiquistão), Teerão (Irão), Istambul (Turquia), Moscovo (Rússia), Minsk (Bielorrússia) e Roterdão (Holanda).

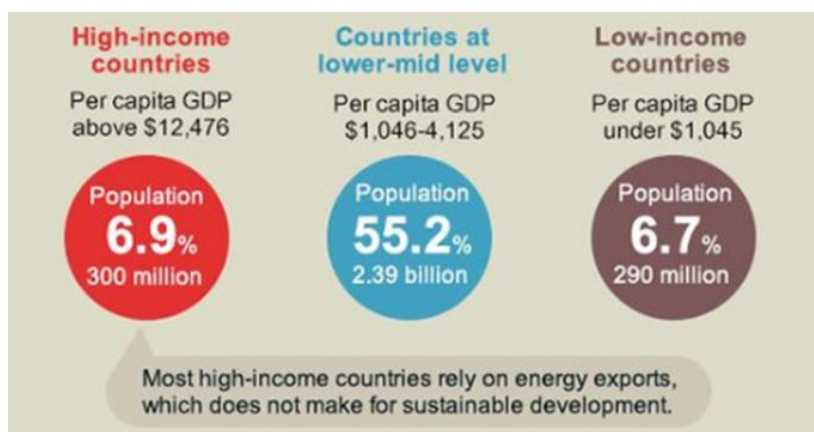
A rota marítima procurará edificar grandes infraestruturas portuárias de suporte logístico ao comércio marítimo. O percurso projeta-se por Fuzhou, na costa chinesa do Pacífico, até à Europa através do oceano Índico e mar Mediterrâneo – Guangzhou e Haikou, junto ao mar do Sul da China, Hong Kong, Hanói (Vietname), Kuala Lumpur (Malásia), Jacarta (Indonésia), Colombo (Sri Lanka), Nairobi (Quênia), Atenas (Grécia) e Veneza (Itália). Como *hub* no Mediterrâneo, o porto do Pireu², será a plataforma de escoamento comercial para toda a Europa do sul, central e balcânica, Norte de África, Ásia Central e Médio Oriente.

² In <http://observador.pt/2016/08/11/consorcio-chines-completa-compra-de-67-do-porto-grego-de-pireu/>. O consórcio chinês COSCO (China Ocean Shipping Company) é o acionista maioritário na autoridade portuária do Pireu, a entidade que gere o maior porto da Grécia. Com esta aquisição, que ascende a 368,5 milhões de euros, o gigante chinês do transporte marítimo ficou com 67% da sociedade portuária grega, assumindo o controlo do porto até 2052. Utilizado anualmente por mais de 24 mil navios, o Pireu é considerado um dos maiores portos marítimos do Mediterrâneo e emprega cerca de 1.500 pessoas. Com este negócio, o grupo chinês assume ainda controlo dos barcos de passageiros, utilizados por milhões de turistas que todos os anos viajam até às ilhas gregas. O COSCO comprometeu-se ainda a investir quase 294 milhões de euros na expansão das instalações para navios de cruzeiro, modernizar o estaleiro naval e criar espaço para a circulação de automóveis. O objetivo é transformar o Pireu no maior porto de contentores da Europa e principal terminal de partida de cruzeiros do mundo.

Dinamização económica

Os valores económicos que a China pretende disponibilizar para fazer face às exigências do seu projeto da Nova Rota da Seda faz deste o maior programa de diplomacia económica e *soft power* desde o Plano Marshall: prevê-se uma abrangência de 65 países, 4.4 mil milhões de habitantes (63% da população mundial) e um volume económico de 21 mil milhões de dólares.

Quadro 1 – Dados relevantes para a Nova Rota da Seda



Esta empreitada pretende apoiar-se no “Fundo Rota da Seda”, cerca de 40 mil milhões de dólares, exclusivo para o projeto e com origem no orçamento chinês, no recém-criado AIIB, com um fundo de 100 mil milhões de dólares, e no NDB, também com um fundo de 100 mil milhões de dólares. A estes somam-se mais 62 mil milhões de dólares, diretamente das reservas cambiais chinesas para três bancos estatais

Fonte: Banco Mundial

Para além do interesse por parte de cerca de seis dezenas de países, também inúmeras organizações regionais, como a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), a SAARC (Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional), a CESAP (Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico), ou a EurAsEC (Comunidade Económica Euroasiática), pretendem cooperar com o promotor chinês.

Esta empreitada pretende apoiar-se no “Fundo Rota da Seda”, cerca de 40 mil milhões de dólares, exclusivo para o projeto e com origem no orçamento chinês, no recém-criado AIIB (Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura)³, com um fundo de 100 mil milhões de dólares, e no NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), também com um fundo de 100 mil milhões de dólares. A estes somam-se mais 62 mil milhões de dólares, diretamente das reservas cambiais chinesas para três bancos estatais, com vista ao financiamento da Nova Rota da Seda.

A China conta, igualmente, com a concretização de um conjunto de negócios e intervenções comerciais um pouco por toda a Eurásia e, por fim, com a oficialização do yuan como moeda com estatuto de reserva do FMI, juntamente com o euro, libra, dólar e iene.

³ Banco de investimento que funciona desde janeiro de 2016. A missão desta coligação financeira será alicerçar megaprojetos de infraestruturas nas áreas das telecomunicações, energia e transportes. O BAII tem a China como maior acionista (29,78% do capital) e entre os 57 países fundadores estão 14 da União Europeia, incluindo Alemanha, França e Reino Unido. Portugal possui uma participação de cerca de 13 milhões de dólares (11,5 milhões de euros).

Mapa 1 – As Novas Rotas da Seda



Em 2016, os investimentos chineses rondaram os 13.550 milhões de euros, nos mais variados projetos internacionais de infraestruturas e telecomunicações



According to Reuters calculations, China's state-backed firms have already invested at least \$5 billion in transport infrastructure over the past decade.

COUNTRY	PORT	INVESTMENT	INVESTORS
BELGIUM	Antwerp	At least \$3.94 million	-Cosco Pacific bought a 25% stake in 2004, China Merchants later got a stake through its part-purchase of Terminal Link. The two now have a 29% interest in Antwerp.
GREECE	Piraeus Port	At least \$624 million	-Cosco Pacific, for the right to run and upgrade part of the port.
DJIBOUTI	Port of Djibouti	\$185 million	-China Merchants, for a 23.5% stake
KENYA	Lamu Port Mombasa port	\$484 million \$66.7 million	-China Road & Bridge -China Communications Construction Company
PAKISTAN	Gwadar port	\$198 million	-China paid for 80% of the port's Phase I
SRI LANKA	Hambantota port Colombo Port City Colombo Port	At least \$1.9 billion \$1.43 billion \$500 million	-China Exim Bank -China Harbour Engineering -China Communications Construction Company -China Development Bank

Fonte: Reuters e Xinhua

Os anúncios chineses apontam desde logo para a criação de uma linha de crédito de 46 mil milhões de dólares só para um corredor económico a ligar a China ao Paquistão, com a construção de um terminal no porto de Gwadar, junto ao mar da Arábia. Em 2016, os investimentos chineses rondaram os 13.550 milhões de euros, nos mais variados projetos internacionais de infraestruturas e telecomunicações.

A relevância da Ásia Central para as pretensões chinesas de liderança na regional são bem evidentes nos números respeitantes ao comércio com Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão – que atingiu em 2013 os 50 mil milhões de dólares. O seu objetivo passa agora pela construção de vias de comunicação com o intuito de facilitar o acesso aos recursos de que necessita para manter os seus índices de crescimento e desenvolvimento económico.

A estratégia chinesa

Para a China é fundamental encontrar novas fontes de rendimento, pelo que urge diversificar as opções de comércio. O excesso de

materiais como o cimento, alumínio ou aço está a alimentar a deflação e a contribuir para o abrandamento da economia. Assim, espera-se que este projeto ajude a China a resolver o seu problema de sobreinvestimento, através da exportação dos materiais acima aludidos para a construção das mais variadas infraestruturas, como estradas, autoestradas, portos e aeroportos.

Como internamente a China tem cada vez menor necessidade de construir vias de comunicação, bem como novos portos, o investimento fora de fronteiras é a forma que Pequim encontrou para que as grandes empresas chinesas do setor da construção civil obtenham novos e valiosos contratos.

Por outro lado, ao construir infraestruturas em portos do Sri Lanka, Bangladesh ou Paquistão, para além da vertente económica, há um óbvio interesse geopolítico, com vista ao controlo de importantes rotas de navegação – a chamada estratégia "colar de pérolas"⁴.

Entre os seus investimentos, Pequim espera que as vias rodoviárias e os oleodutos previstos para o Paquistão e Mianmar permitam controlar o *chockepoint* do Estreito de Malaca, por onde passam cerca de 75% das importações de petróleo por parte da China.

Pequim espera que as vias rodoviárias e os oleodutos previstos para o Paquistão e Mianmar permitam controlar o chockepoint do Estreito de Malaca, por onde passam cerca de 75% das importações de petróleo por parte da China

Quanto à rota marítima, esta pretende desenvolver uma interconetividade entre a China e os países do Índico e Pacífico. Macau poderá ter um papel importante em todo este processo, com naturais oportunidades para Portugal e para a Lusofonia.

No interior da China, os objetivos de Pequim passam pela criação de polos de desenvolvimento em diversas províncias mais carentes de investimento, como Shaanxi, Gansu, Qinghai, e as regiões autónomas de Mongólia Interior, Ningxia e Xingjiang.



Em suma, os seus propósitos parecem ser⁵: a) afirmação do modelo político e económico chinês numa geografia ampla e atrativa; b) tornar a moeda chinesa mais presente nas trocas comerciais; c) abertura de mercados de exportação às mercadorias chinesas; d) solidificação da diplomacia chinesa num arco geográfico alargado.

Tensões inerentes ao projeto

No entanto, o potencial de instabilidade que advém deste projeto é elevado, sem esquecer os inevitáveis perigos da pirataria e do terrorismo.

Na Birmânia assistiu-se a manifestações de desagrado pelo investimento chinês na rede ferroviária entre Kyaukpyu, junto à baía

⁴ In <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1695869-politica-externa-chinesa-busca-criar-uma-nova-estrada-da-seda.shtml>

⁵ In "Portugal e o Atlântico", de Bernardo Pires de Lima

de Bengala e a cidade chinesa de Kunming. Também o governo do Sri Lanka contesta as mais de três dezenas de acordos celebrados anteriormente com Pequim, com enfoque no porto de Colombo, vital para a ligação marítima entre o Sudeste asiático e a costa africana. Sem esquecer as relações com a Índia e Rússia – por um lado, as disputas territoriais na fronteira sino-indiana, por outro, a ameaça demográfica e militar que Moscovo sente por parte de Pequim, para além de potenciais conflitos energéticos e comerciais.

A isto junte-se a parca vontade de muitos países em absorver os excedentes produtivos chineses, ao invés, esperam desenvolver as respetivas indústrias.

A entrada na Ásia Central poderá permitir à China ocupar o vazio deixado pela União Soviética, após os anos 80, e pelos EUA, com a retirada militar da região. Mas, com a ameaça terrorista, há um caldo de conflitualidade que exigirá de Pequim uma ação rápida – cuja estratégia parece passar por pacificar quaisquer conflitos através investimentos e infraestruturas.

É no oeste chinês que se localiza a região desértica de Xinjiang, a qual será crucial para a Nova Rota da Seda, também por possuir 22% das reservas de petróleo do país, bem como de 40% dos depósitos de carvão. Mas esta região padece de um grave problema para a estabilidade e segurança, por aqui se encontrar a minoria *uigur*, com raízes culturais turcas e muito mais pobre que a população da região costeira chinesa. Ademais, esta minoria não vê com bons olhos a permanência sob domínio chinês, no que resultou em inúmeros focos de violência nos últimos anos.

À parte estritamente económica junta-se a perspetiva militar, com as forças armadas chinesas a considerarem fundamental a sua intervenção em todo o projeto, com vista a manter a segurança no terreno; terreno, esse, que está longe de ser considerado estável, como se verifica no Paquistão – onde cerca de 10 mil soldados locais protegem os investimentos chineses – ou no Afeganistão.

«A entrada na Ásia Central poderá permitir à China ocupar o vazio deixado pela União Soviética, após os anos 80, e pelos EUA, com a retirada militar da região. Mas, com a ameaça terrorista, há um caldo de conflitualidade que exigirá de Pequim uma ação rápida»

Tendências geoestratégicas a 30 anos: Recursos e Transportes

As estimativas das várias agências especializadas nestas matérias indicam que populações sujeitas a falta de água variam entre os 450 e os 1.300 milhões de pessoas. Sem ações que mitiguem esta carência poderemos chegar ao ano 2045 – ou antes - com 3.900 milhões de pessoas a sofrer de carência de água potável, ou seja, cerca de 40% da população mundial



A PROCURA DE RECURSOS de toda e qualquer espécie deverá aumentar até ao ano 2045, acompanhando o crescimento da população mundial, que deverá ser superior a 9 mil milhões.

Apesar do esperado aumento da procura de alimentos, muitos países apresentam fortes sinais de declínio de produção agrícola.

O abastecimento de água apresenta-se insuficiente, mesmo com os atuais níveis populacionais, pelo que as faltas de água potável deverão ser particularmente agudas em muitas regiões, exacerbadas pela crescente procura e pelas alterações climáticas.

O aumento populacional, crescente procura dos setores industrial e agrícola e dúvida na capacidade em origens insustentáveis (os denominados aquíferos) também fazem admitir que grande parte da população mundial não venha a ter acesso a adequado abastecimento de água.

Saliente-se que à volta do ano 2045 o aumento de água consumida na agricultura poderá chegar aos 19% e o de água potável aos 55%.⁶

As estimativas das várias agências especializadas nestas matérias indicam que populações sujeitas a falta de água variam entre os 450 e os 1.300 milhões de pessoas. Sem ações que mitiguem esta carência poderemos chegar ao ano 2045 – ou antes - com 3.900 milhões de pessoas a sofrer de carência de água potável, ou seja, cerca de 40% da população mundial. Estes valores representam um considerável aumento em relação aos 2.600 milhões de pessoas carentes de água potável no limiar do ano 2000.

Sublinhe-se que se têm realizado grandes avanços na tecnologia de dessalinização da água, bem como substanciais esforços no sentido da redução dos desperdícios e aumento de criteriosa gestão.

Muitos recursos aquíferos são partilhados por mais de um país. Registam-se 263 bacias de rios e 269 aquíferos partilhados por dois ou mais países e 21 rios e 4 aquíferos que atravessam as fronteiras de mais de cinco países.

Alguns analistas argumentam que a carência de água pode motivar cooperação e, apesar das tensões, nenhum Estado moderno declarou guerra por esta razão. Contudo, existem numerosas razões que justificam eventuais conflitos radicados na água, em 2045 ou

⁶ OECD. *Environmental Outlook to 2050*.

até ainda mais cedo. Saliente-se que os efeitos das alterações ambientais e climáticas poderão ser mais severos em muitas regiões e tornar ainda mais complexa a mitigação desta carência.

Foi divulgado que decorrem conflitos em cerca de 3.000 bacias de rios transnacionais e inter-regionais, com os pontos mais quentes localizados no Médio Oriente, onde as dificuldades criadas pela escassez de água têm sido agravadas pelos conflitos, guerra, ambiente e instabilidade política.

Os Estados, nas suas reclamações sobre águas fronteiriças, avançam com teorias de absoluta soberania territorial e integridade territorial e de limitada soberania territorial. As regras do Direito internacional consuetudinário, relativas a esta matéria, têm evoluído. Os acordos bilaterais e regionais têm conseguido ultrapassar casos de pequena monta, mas têm-se manifestado insuficientes para enfrentar situações de grande dimensão.

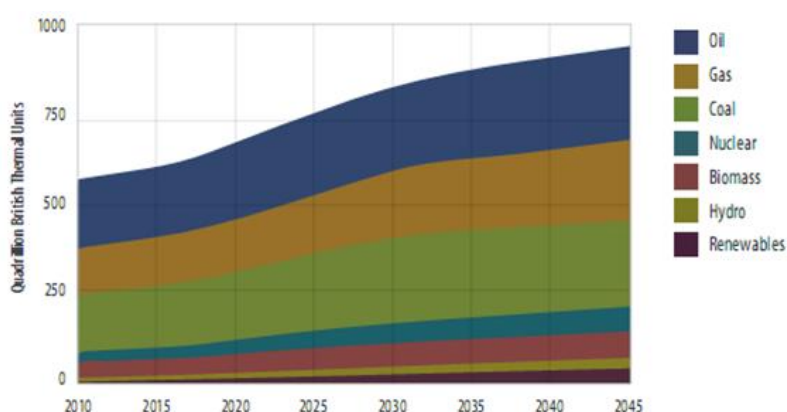
Foi divulgado que decorrem conflitos em cerca de 3.000 bacias de rios transnacionais e inter-regionais, com os pontos mais quentes localizados no Médio Oriente, onde as dificuldades criadas pela escassez de água têm sido agravadas pelos conflitos, guerra, ambiente e instabilidade política



No que respeita à energia e aos recursos energéticos, haverá uma crescente utilização do carvão e dos hidrocarbonetos, que se manterão a maior e mais importante fonte de energia, contando com a nuclear e as energias renováveis, nomeadamente as hídricas. No caso da energia nuclear, a sua crescente utilização aumenta a possibilidade da obtenção de matérias fósseis por atores não estatais, bem como por países que operem fora das leis internacionais, o que pode levar a potenciais ameaças à segurança.

Regista-se que os grandes consumidores atuais estão localizados no Médio Oriente e na América do Norte, logo seguidos da Europa. Muito além dos consumidores do hemisfério Sul, quer da América do Sul quer de África, todos colocados abaixo da média mundial.

Gráfico 1 – Procura energética global por fonte



Fonte: US EIA "International Energy Outlook 2013"

Grande parte dos analistas desta matéria consideram que o consumo global de energia primária poderá chegar quase ao dobro por volta de 2045, enquanto a população mundial deverá passar dos

atuais 7,2 mil milhões para 9,2 mil milhões de habitantes. A quantidade de energia derivada do nuclear e das renováveis também deverá aumentar até ao ano 2045.

A procura de eletricidade também apresenta tendência de aumento. Sem considerar a origem, a geração de eletricidade representa uma quantidade significativa de energia primária, apesar das perdas no sistema de transmissão e mesmo em roubos a que está sujeita.

A tecnologia também contribuirá para o aumento da eficiência na geração de eletricidade. Grande parte da futura procura terá, muito provavelmente, origem em países em desenvolvimento económico, apesar da extrema dificuldade em satisfazer esse aumento sem vultosos investimentos na capacidade de geração e na infraestrutura de distribuição.

Porém, nos países em desenvolvimento económico, nomeadamente nos africanos, a criação de redes de distribuição viáveis requererá forte cooperação entre países.

Um forte óbice à opção oferecida pelas origens energéticas ditas renováveis – salvaguardando a hídrica – reside na incapacidade de armazenamento de energia elétrica. Origens energéticas, como vento, ondas marítimas e solar, são intermitentes, disponibilizando energia quando não é necessária.

A discrepância entre disponibilidade e procura constitui um dos maiores obstáculos ao progresso da energia gerada por origens renováveis e continua a proteger a perpetuação da geração a partir dos métodos convencionais. Se se conseguisse desenvolver a capacidade de armazenar energia, poder-se-ia utilizar em muito maior escala a partir de origens renováveis.

A alavanca de alteração do mercado global de energia a atingir em 2045 poderá estar assente na independência energética dos EUA, que desenvolveram e adotaram técnicas de obtenção de petróleo e de gás a partir dos xistos betuminosos e da tecnologia *fracking*. Se os Estados Unidos mantiverem a taxa de aumento de produção poder-se-ão tornar no maior produtor de petróleo à escala mundial no ano 2020 e a um grande exportador por volta de 2030.

A exploração e consequente aumento da exportação do petróleo e do gás de origem não-convencional (*shale*) não se desenrolará sem respostas aos desafios a enfrentar. As principais origens do petróleo e do gás dos xistos betuminosos encontram-se a grande distância das infraestruturas de *pipelines* existentes e as refinarias estão preparadas para a refinação de ramos do Médio Oriente.

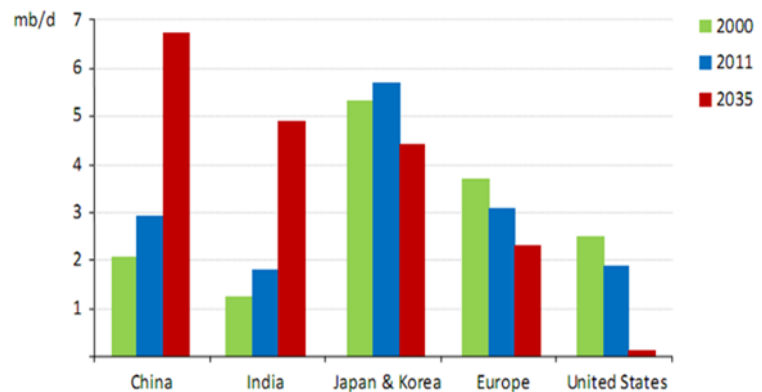
De sublinhar que a redução do abastecimento dos EUA no Médio Oriente (associada à reorientação destes fornecimentos para os

Se os Estados Unidos mantiverem a taxa de aumento de produção poder-se-ão tornar no maior produtor de petróleo à escala mundial no ano 2020 e a um grande exportador por volta de 2030



mercados asiáticos) pode pôr em causa o empenhamento nessa região. Há que ter em atenção que a região continuará a dispor de grande significado no quadro da segurança à escala global.

Gráfico 2 – Destinos das exportações do crude do Médio Oriente



Fonte: IEA, World Energy Outlook

A redução de procura de petróleo pelos EUA no Médio Oriente, associada à viragem deste para os mercados asiáticos, poderá colocar em causa o seu envolvimento na defesa do Golfo Pérsico e das rotas de exportação do Médio Oriente. Contudo, os Estados Unidos poderão entender que outros países, incluindo a China ou a União Europeia, devem desempenhar um papel mais importante na segurança de abastecimentos do Médio Oriente

A redução de procura de petróleo pelos EUA no Médio Oriente, associada à viragem deste para os mercados asiáticos, poderá colocar em causa o seu envolvimento na defesa do Golfo Pérsico e das rotas de exportação do Médio Oriente. Contudo, os Estados Unidos poderão entender que outros países, incluindo a China ou a União Europeia, devem desempenhar um papel mais importante na segurança de abastecimentos do Médio Oriente.

Também o significativo aumento da procura de matérias críticas – em que se inclui sempre a água e o petróleo – tem merecido a adoção pelos diversos governos de medidas protecionistas que aumentem os ingressos financeiros e assegurem o acesso aos recursos. As medidas anticoncorrência, como sejam a expropriação de empresas estrangeiras, restrições à exportação, atuação sobre os preços de cartel, aquisição de terrenos ou aplicação de taxas de valor elevado, são formas de nacionalismo dos recursos designados para restringir o abastecimento internacional.



A preocupação quanto à proteção de materiais raros poderá continuar a motivar os países ao desenvolvimento ou à segurança das suas próprias fontes de fornecimento. Contudo, alterações políticas imprevisíveis ou retroativas de proteção dos recursos poderão provocar um considerável arrefecimento, quer nos investidores, quer nos consumidores. Sublinhe-se que a desigual distribuição de recursos, incluindo alimentares, água, energia e materiais críticos, far-se-á sentir cada vez mais.

A desigual disponibilidade de água e de alimentos, especialmente em países que sofram de escassez também provoca instabilidade e violência. Podemos sublinhar que a concorrência por alguns recursos poderá intensificar e exacerbar as tensões políticas e de segurança.

A procura de alimentos poderá ser substancialmente superior às disponibilidades. Como consequência, assistir-se-á a um aumento generalizado dos preços e à geração de instabilidade nas regiões incapazes de absorver esses aumentos. As alterações climáticas poderão contribuir para o aumento de incidências na falta de colheitas, potencialmente causadoras de disrupção no abastecimento global de alimentos.

Quanto ao sistema de transportes, não se alterou profundamente desde que os comboios de alta velocidade, aviões a jato e navios porta-contentores foram introduzidos, há mais de meio século.

No presente ainda se confia na fiabilidade dos motores a propulsão a petróleo, como os aplicados nas novas frotas de navios porta-contentores. Contudo, os novos materiais, as novas técnicas de manufatura e os sistemas de energia, acompanhados pelos avanços das tecnologias de informação, abriram novas oportunidades à automação dos transportes e proporcionaram enormes benefícios, quer em eficiência, quer em velocidades alcançadas.

A grande alteração poderá residir nos transportes sem condutor humano, que deverão estar globalmente difundidos em 2045, o que proporcionará maior independência a idosos e deficientes motores. Os sistemas manobrados sem intervenção direta humana poderão ter um desempenho-chave na distribuição de bens.

Na vertente dos porta-contentores, se a propulsão é clássica, o mesmo não se poderá dizer da condução e manobra, que, neste caso, já se encontram plenamente automatizadas, necessitando de apenas 13 pessoas como tripulação efetiva. Os novos desenvolvimentos introduzidos nos voos supersónicos poderão tornar o transporte espacial suborbital numa realidade comercial a ocorrer nos próximos 30 anos. O aumento previsto do poder da computação, conhecimento e automatização poderão tornar o transporte marítimo de mercadorias mais rápido, barato e confiável. E também mais seguro, apoiado em informações do estado atmosférico, com construção mais eficiente e processos operacionais mais consistentes.

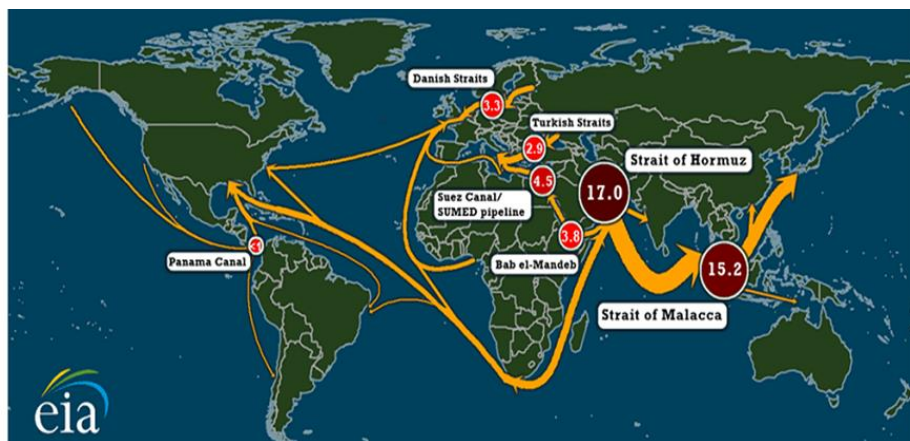
Apesar dos prováveis avanços na construção dos transportes aéreos e terrestres, as linhas marítimas continuarão a desempenhar papel fulcral na economia. As previsões apontam para a duplicação do volume de transportes marítimos nos próximos 30 anos

- ● ● Assim, apesar dos prováveis avanços na construção dos transportes aéreos e terrestres, as linhas marítimas continuarão a desempenhar papel fulcral na economia. As previsões apontam para a duplicação do volume de transportes marítimos nos próximos 30 anos.

Dado que uma parte muito significativa da economia mundial depende dos transportes marítimos, alguns países poderão deparar-se com grandes crises financeiras se nestes ocorrerem disrupções significativas. Eventuais tensões entre Estados próximos de um

chokepoint vital, especialmente se as ameaças bloquearem linhas marítimas, pode levar a comunidade mundial a agir. Países com grande atividade internacional em 2045 – casos do Brasil, China ou EUA – deverão trabalhar em conjunto para encontrar uma solução que acabe com tal situação.

Mapa 1 – Chokepoints atualmente identificados



Fonte: EIA

Se os esforços diplomáticos não conseguirem reduzir essas tensões, a comunidade internacional poderá aprovar o lançamento de uma ação de força naval que garanta a continuidade da abertura das linhas marítimas. Poderão, inclusivamente, ser enviados observadores para os países que rodeiem o *chokepoint* e vigiem o ar, o *ciber* e o espaço da região cuja vigilância deva ser intensificada.

Uma maior confiança nas tecnologias de automação poderá proporcionar mais meios de anulação de ataques criminosos ou terroristas a sistemas de transporte por via de ataques cibernéticos. Os avanços na propulsão também proporcionarão transportes mais rápidos e eficientes.

Os avanços nas tecnologias da manufaturação, automatização e sistemas de transporte por pilotagem remota sem intervenção direta humana aportarão significativas eficiências à logística, apesar de contribuírem para o aumento da sua complexidade técnica.

«Eventuais tensões entre Estados próximos de um *chokepoint* vital (...) pode levar a comunidade mundial a agir. Países com grande atividade internacional em 2045 – casos do Brasil, China ou EUA – deverão trabalhar em conjunto para encontrar uma solução que acabe com tal situação»